

## A crítica de Derrida ao etnocentrismo não declarado de Lévi-Strauss

Marcelo Moraes<sup>1</sup>

### Resumo

Esse artigo pretende apresentar a crítica do filósofo Jacques Derrida ao antropólogo Claude Lévi-Strauss. Para apresentarmos essa crítica, tomaremos como ponto de partida a principal obra de Derrida: *Gramatologia*. No entanto, essa crítica vai se ater somente a discussão referente ao movimento de crítica de Lévi-Strauss a escritura e que acabará por reproduzir toda uma antiga forma de se pensar do homem branco europeu: o logocentrismo.

**Palavras-chave:** Logocentrismo. Escritura. Metafísica. Etnocentrismo.

### Résumé

Cet article présente une critique du philosophe Jacques Derrida à l'anthropologue Claude Lévi-Strauss. Pour présenter cette critique, nous prendrons comme point de départ le travail principal de Derrida: *De la Grammatologie*. Cependant, cette critique ira juste s'en tenir à la discussion liée au mouvement de critique de Lévi-Strauss à et que finira par jouer une toute vieille façon de penser de l'homme blanc européen: le logocentrisme.

**Mots-clés:** Logocentrisme; Écriture; Métaphisique; Etnocentrisme.

*A forma fascina quando já não se tem a força.*

Jacques Derrida

Neste artigo iremos abordar a crítica de Jacques Derrida a respeito da questão do rebaixamento da escritura em Claude Lévi-Strauss. Mesmo sendo reconhecido como o pensador que abriu a porta para se pensar o outro, o diferente e as culturas não ocidentais, Lévi-Strauss, no entender de Derrida, acaba por refletir ainda o etnocentrismo que ele mesmo propôs combater.

Na década de sessenta do século passado, Derrida comenta sobre certa atitude, uma moda e certo modo de pensar predominante nos campos de pesquisas e investigações. Esse movimento era o pensamento estruturalista. Pensamento que se

---

<sup>1</sup> Mestre pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e integrante do corpo editorial da Revista Ensaio Filosóficos. E-mail: marcelojdmoraes@hotmail.com

alargava em espaços diversos para exercer seu predomínio e que implicaria numa repetição e numa manutenção da metafísica. Pois, ocupando a forma, o método, a técnica, o padrão estabelecido dentro das ciências humanas e sociais, produzia, apesar de sua possibilidade fecunda, uma destruição e uma catástrofe dentro e fora de seu meio (DERRIDA, 2008, p.124).

Essa cena foi tão marcante em sua época, que está presente em todas as primeiras obras de Derrida. E que Derrida procura pensar com muita cautela e prudência pois, segundo ele:

(...) como vivemos da fecundidade estruturalista, é demasiado cedo para chicotear nosso sonho. Nele é preciso pensar no que poderia significar. Talvez amanhã interpretar como um relaxamento, para não dizer um lapso” e observa que, “a atitude estruturalista e a nossa postura hoje perante a linguagem ou na linguagem não são unicamente momentos da história. Antes espanto pela linguagem como origem da história. Pela própria história. (DERRIDA, 2009, p.14).

Nesse sentido, podemos compreender porque Derrida, ao questionar o centramento das ciências humanas contemporâneas nas bases do estruturalismo, resgata uma crítica a partir das bases do pensamento filosófico e da metafísica indo a Platão e Aristóteles. Pois, de um modo ou de outro, tanto na lingüística saussuriana como na antropologia de C.L., pode-se perceber uma esquematização que se *repete* desde os gregos: a manutenção do fonologocentrismo.

Na metafísica é predominante o pensamento euro-falo-logocêntrico. Esse caráter da metafísica, ou seja, da filosofia, Derrida, além de denominar como *metafísica da presença* ou logocentrismo, chama também de Mitologia Branca, devido às circunstâncias em que o homem branco europeu acreditou, creditou e arquivou seu saber num tipo de Razão, reunindo e refletindo a cultura do Ocidente. É essa crença na razão o seu próprio mito. O que não é de modo algum pacífico. (DERRIDA, 1991, p.271).

O império da mitologia branca é o império da Razão. Razão enquanto produtora de um *logos* que traz consigo as prerrogativas do conhecimento e da verdade, do sentido e do significado. Esse *logos* produziu e criou seu próprio mito ou sua própria metáfora.

Segundo Derrida, esta postura logocêntrica deu todo um sentido à filosofia e ao pensamento ocidental de forma que, em todas as áreas do conhecimento, o *logos*

enquanto razão predominou, sendo o centro fundador e de partida, referência para todas as análises, investigações, teorias, sistemas e ideologias presentes até os dias de hoje, servindo como um porto seguro e originário na história do pensamento.

Entretanto, cabe ressaltar que logocentrismo não é apenas o que Derrida vai chamar de metafísica da escritura fonética, no início da *Gramatologia*. Logocentrismo, para Derrida, corresponde a uma cadeia de significações que, sempre atribuiu ao *Logos* o sentido originário da verdade. Dirce Solis esclarece bem a questão sobre o que é o logocentrismo em entrevista a Revista Ensaio Filosóficos:

Logocentrismo, termo cunhado para apontar o predomínio do *logos* nas sociedades (razão, palavra falada e sua conseqüente apreensão pela escrita, lei da racionalidade de um modo geral). (...) Somos logocêntricos, na medida em que nossas produções são logocêntricas e possuem sentido apenas por serem logocêntricas. (SOLIS, 2010. p.76)

O pensamento logocêntrico, isto é, um pensamento preso ao rigor da lógica, do sentido, da razão e da verdade, estruturou o “pensamento” e possibilitou uma configuração ajeitando posições e lugares que de um modo ou de outro acabaram por determinar as regras do jogo. Dessa forma, as ciências, enquanto, ciências humanas, ciências da natureza e do conhecimento, a partir dessa configuração, criaram um modelo de ver e pensar singular nas disciplinas do conhecimento, ou seja, determinando seus objetos de investigação sempre a partir desses critérios, privilegiando a razão como único modo de pensar. Assim, exclui e rejeita outras formas de se fazer filosofia.

No entanto, o que preocupa Derrida é o centrismo e a autoridade atribuída ao *logos* enquanto voz. O que está em jogo nesse esquema é que, a voz, ou seja, o *logos* reproduziria a verdade e que, por conseqüência, garantiria a presencialidade do Ser. Dada essa esquematização, a escritura, escritura fonética, seria um representante da voz.

Assim se construiu o edifício metafísico, dando à escrita ou à escritura, um papel rebaixado, uma posição secundária nessa forma hierárquica de se pensar. Pois, devemos lembrar que a estrutura do pensamento metafísico, se constrói de forma hierárquica, excluindo e rebaixando alguns elementos e valorizando e destacando outros.

A configuração montada pelo movimento da força logocêntrica dispôs uma paisagem que podemos observar de duas maneiras específicas. Uma enquanto um eixo

vertical onde o ser, o não-ser o bem, o mal, o certo, o errado, a presença, a ausência, o homem, a mulher, o animal, o civilizado, a natureza, essência, a aparência, estariam dispostos de modo que um elemento se sobreporia a outro. Deste modo, funda-se uma hierarquia estabelecendo valores a cada um dos elementos dispostos nessa estrutura. Assim, o elemento que estiver subordinado, colocado numa posição inferior, possuiria um valor menor em consideração ao elemento que estivesse numa posição superior.

A metafísica ocidental, portanto, como atesta a metafísica da presença, não se limitou a estabelecer as diferenças entre os fenômenos, mas criou oposições entre eles. Nesta oposição hierarquizou-os estabelecendo o privilégio de um (primeiro, princípio, derivante) sobre o outro (segundo, derivado). (SOLIS, 2009. p.40).

Poderíamos entender esta configuração também de outro modo. O elemento secundário, mantido recalcado, a partir dessa postura cuja disposição apresenta uma paisagem de centro e periferia: enquanto um elemento ocuparia um lugar central nesta configuração, o outro, que estaria mantido a distância, à margem, ocuparia um lugar periférico e de exclusão, determinando desse modo seu lugar marginal nessa estrutura.

A disposição apresentada é sempre ocupada por elementos formados por um binarismo. Nesse sentido, essa esquematização clássica binária pode ser vista com diversos exemplos tais como: presença/ausência; verdadeiro/falso; dentro/fora; *logos/mythos*; unidade/multiplicidade e tantos outros que tem uma grande importância na formação do pensamento ocidental.

Essa esquematização, por outro lado, além de atribuir a escritura o papel de representante da voz, rebaixou outro tipo ou outros tipos de escritura, ou seja, só seria escritura aquela forma gráfica que representasse a voz.

Esse esquema apontado por Derrida se repetiu ao longo da história do ocidente e no “estruturalismo lingüístico” de Ferdinand Saussure, por exemplo, podemos constatar a repetição do modo estrutural metafísico:

Deste modo, Saussure acaba por transigir, diz Derrida, “com a exigência clássica daquilo que propus chamar um significado ‘transcendental’, que não remeteria em si mesmo, na sua essência, para nenhum significante, que

excederia a cadeia de signos, e que já não funcionaria como significantes” Saussure permanece, portanto, solidário ao tradicional sistema metafísico de oposições binárias; o significado reproduzindo o plano inteligível e o significante o plano sensível. (DUQUE-ESTRADA, 2004. p.22).

O que irá se repetir no estruturalismo de C.L. Strauss, pois,

embora reconheça que não haja superioridade lógica entre os assim denominados “selvagens” e a mente dita “civilizada”, [Lévi-Strauss] trabalha com a lógica das oposições que a desconstrução crítica. Assim, a lógica das oposições é a mesma tanto para o “selvagem” como para o “civilizado”, embora configurada de formas distintas para cada um deles: por exemplo, espaço/tempo; sujeito/objeto; mente/corpo etc. O estruturalismo, portanto, trabalha com oposições tais como selvagem/civilizado, natureza/cultura, sujeito/objeto. (SOLIS, 2009. p.37).

O cenário francês contemporâneo, segundo Derrida, foi muito importante para o desenvolvimento das ciências humanas e também para possibilitar seu próprio esgotamento. Neste enredo, Ferdinand Saussure foi de extrema importância na formação do pensamento estruturalista, não sendo possível mapear o ambiente logocêntrico contemporâneo sem passar por este pensador. Já que, em um momento extraordinário de seu sistema de pensamento, Saussure aponta para uma libertação da metafísica, mas, por outro lado, mantém toda a estrutura da metafísica colaborando também para o enclausuramento da escritura.

Para Derrida, Saussure em muito contribuiu com uma crítica decisiva contra a tradição. Mas, por outro lado, Saussure, manteve uma postura tradicional ou como diz Derrida, um extrato logocêntrico. Essa observação será de extrema importância, pois será adotada, ou melhor, herdada pelos pensadores posteriores do estruturalismo.

Apesar de sabermos que o pensamento de Lévi-Strauss em muito rompeu, ultrapassou e negou os seus antecessores, o que nos interessa aqui é apontar o extrato logocêntrico presente em sua obra. Sendo, porém, completamente inegável a contribuição de Lévi-Strauss para a filosofia, a história, as ciências sociais e a linguística. No entanto, esse trabalho não tem a pretensão de focar nesses extraordinários avanços. Para sermos ainda mais objetivos, focaremos no caráter logocêntrico da obra de Lévi-Strauss, ponto em que esse desprestigia a escritura e atribui à fala um caráter superior.

De acordo com Derrida, pensar o estruturalismo como discurso dominante é reconhecer que este perpassou, em determinado momento, por todos os níveis e campos do pensamento ocidental contemporâneo. O que pode ser percebido, portanto, quando nos deparamos com os discursos da crítica literária, antropológicos, linguísticos, psicanalíticos e filosóficos (DERRIDA, 2008. p. 124).

A influência de Saussure marca no estruturalismo exatamente a presença do fonolinguismo nas ciências humanas e promovendo, sem dúvida, no interior tanto da lingüística como da metafísica, a manutenção do rebaixamento e da exclusão da escritura, sendo também a autoridade atribuída a uma ciência que se deseja considerar como o modelo de todas as ciências ditas humanas. Nestes dois sentidos o estruturalismo de Lévi-Strauss é um fonolinguismo (DERRIDA, 2008. p. 127).

Não devemos esquecer, todavia, que Lévi-Strauss denuncia que o problema do filósofo é ter meditado demais e ter deixado de lado o *Curso de Lingüística Geral*. Não é sem motivo que em *Antropologia Estrutural 2* Lévi-Strauss irá fazer uma apologia à linguística e ao fonolinguismo considerando-os como elementares para o desenvolvimento das ciências humanas, lembrando que a lingüística ocupa um lugar excepcional e não é uma ciência social como as outras, mas a que, de há muito, realizou os maiores progressos: a única, sem dúvida, que pode reivindicar o nome de ciência. (LÉVI-STRAUSS, 1975. p. 45)

Lévi-Strauss reconhece na fonologia um lugar revolucionário e subversivo renovando, entretanto, não somente as perspectivas linguísticas como também, as ciências sociais. E é por isso que Jacques Derrida, atento a essa postura, adverte sobre a necessidade de se reler e retornar aos textos de Claude Lévi-Strauss. Porque a questão do rebaixamento da escritura, questão essa intrínseca à metafísica, reaparece na adoção do fonolinguismo como pensamento de partida para pensar as questões acerca das ciências humanas e também, por conseguinte, no modo de apreender e usar todo sistema de diferenças clássicas tais como natureza e cultura, essência e aparência, fala e escritura, bom e mal, originário e repetição, origem e cópia, povos com escrituras e povos sem escritura. Sendo assim, conforme adverte Derrida, é de extrema importância estar atento a um autor que, por um lado, preserva essas dicotomias e, por outro, nos conduz ao seu ponto de neutralização.

Outra razão para se reler Lévi-Strauss: se já o experimentamos não é possível pensar a escritura sem cessar de se fiar, como numa evidência óbvia, em todo o sistema de diferenças entre physis e seu outro (a série de seus “outros”: a arte, a técnica, a lei, a instituição, a sociedade, a imotivação, o arbitrário etc.) e em toda conceitualidade que se lhe ordena, deve-se seguir com a máxima atenção o procedimento inquieto de um cientista que ora, em tal etapa de sua reflexão, apóia-se nesta diferença, e ora, nos conduz ao seu apagamento. (DERRIDA, 2008. p. 128)

De acordo com Derrida, C. Lévi-Strauss caminha o tempo todo no limite, no apagamento, mas também no *rastro*, pois conserva, por um lado, os conceitos clássicos e, por outro, anula-os. Então, ora ele fortalece a clausura, ora ele trabalha no limite da desconstrução. Como, por exemplo, no momento em que Lévi-Strauss reconhece a deficiência da dicotomia natureza e cultura, mas a usa como ferramenta, isto é, dando a ela um valor metodológico afim de usá-la para abordar algumas questões pertinentes aos estudos e à produção de um pensamento diferencial acerca da cultura indígena. (DERRIDA, 2008. p. 130)<sup>2</sup>.

Cabe ressaltar que, em outra obra, Derrida volta a Lévi-Strauss percorrendo outro trajeto, desta vez exaltando o grande trabalho e o diferencial por parte deste autor no que diz respeito à forma em que o antropólogo conduz sua noção de estrutura<sup>3</sup>.

Derrida aponta o quanto Lévi-Strauss é marcado por aspectos logocêntricos e por uma *metafísica da presença* implacável em seu pensamento. Esta surge em momentos cruciais da obra do antropólogo e irá, portanto, comprometer Lévi-Strauss com o enclausuramento metafísico. Ao acreditar romper com o etnocentrismo, estará, segundo Derrida, tão tomado por ele que, não se dará conta, devido profundidade da sua relação ou dependência à filosofia. Não esqueçamos a clara definição de etnocentrismo em *Raça e História*, elemento principal da atitude ocidental combatida por ele:

A atitude mais antiga e que repousa, sem dúvida, sobre fundamento psicológicos sólidos, pois que tende a reaparecer em cada um de nós quando somos colocados numa situação inesperada, consiste em repudiar pura e simplesmente as formas culturais, morais, religiosas, sociais e estéticas mais afastadas daquelas com que nos identificamos. “Costumes selvagens”, “isso não é nosso”, “não deveríamos permitir isso”, etc. ,um sem número de

<sup>2</sup> *As Estruturas Elementares do parentesco* (1949). *O Pensamento Selvagem* (1966).

<sup>3</sup> Em *A Estrutura*, o signo e o jogo no discurso das ciências humanas, texto presente no livro *A escritura e a diferença* (1967).

reações grosseiras que traduzem este mesmo calafrio, esta mesma repulsa, em presença de maneiras de viver, de crer ou de pensar que nos são estranhas. (LÉVI-STRAUSS, 1976. p.59)

O que marca a postura logocêntrica de Lévi-Strauss acerca da escritura caminha ao lado do seu próprio etnocentrismo. Lévi-Strauss produz uma crítica à escritura que a desprestigia ao mesmo tempo em que a acusa de ser uma violência. A denúncia promovida por ele em vistas da violência da escritura se dá no momento em que, repetindo o gesto dos seus antecessores, atravessa o atlântico rumo ao “novo mundo”.

Um novo mundo que já não era tão novo, mas que ainda tinha algo de novo a oferecer. Herdeiro direto de Rousseau pelo lado teórico, e de Bougainville pelo lado prático, Claude Lévi-Strauss, num gesto que poderia ser considerado como um gesto de alívio, devido ao peso da culpa ou do remorso burguês, cristão, europeu, resolveu, por fim, para acabar de vez com a velha dicotomia natureza/cultura, primitivo/selvagem, por exemplo, se dedicar, portanto, a produzir centenas de páginas dirigidas ao *outro*, à memória do *outro*. Aquele *outro* que ao longo de quinhentos anos, se nos limitarmos ao continente sul americano, sofreu com a investida do homem branco europeu. O mesmo que trazia consigo sua mitologia branca.

Preocupado com o lugar do etnólogo, Lévi-Strauss, além de atribuir a Rousseau a consideração de ter sido o primeiro a se preocupar com o *outro*, dirá que a única função do etnólogo é se preocupar em estudar e deixar que esse *outro* tenha seus costumes e valores preservados. Não esqueçamos as palavras de Lévi-Strauss em *Um Cálice de Rum: se o Ocidente produziu etnógrafos, é que um remorso bem poderoso devia atormentá-lo*. (LÉVI-STRAUSS, 1979. p. 370). Assim, a observação e a desconfiança de Derrida fazem sentido, pois, segundo ele, os *Tristes Trópicos* que são ao mesmo tempo *Confessions* e uma espécie de *Supplément au voyage* de Bougainville, a “Lição da escritura” marca um episódio do que se poderia denominar a guerra etnológica, a confrontação essencial que abre a comunicação entre os povos e as culturas, mesmo quando esta comunicação não se pratica sob o signo da opressão colonial ou missionária. (DERRIDA, 2008. p. 132)

A crítica de Derrida a esse modelo eurocêntrico tem, nas palavras de Gayatri C. Spivak, muita força, pois essa reconhece no projeto gramatológico de Derrida uma forte

ferramenta para a produção de um pensamento dos grupos subalternos, ou seja, dos povos reprimidos, colonizados e pós-colonizados. Segundo ela,

Derrida considera o etnocentrismo da ciência européia da escrita do final do século 17 e do começo 18 um sintoma da crise geral da consciência européia. Faz parte, evidentemente, de um sintoma maior, ou talvez da própria crise, a lenta virada do feudalismo ao capitalismo através das primeiras ondas do imperialismo capitalista. (SPIVAK, 2010. p. 83)

Portanto, se levarmos em conta as últimas referências, a preocupação com o outro pode talvez trazer consigo o mais claro exemplo de etnocentrismo, pois, o projeto europeu mais remotamente orquestrado, vasto e heterogêneo de se constituir o sujeito colonial ou indígena como outro, pode abrigar um enorme esforço de consolidar o *eu-branco-europeu*<sup>4</sup>. Assim, um projeto de uma teoria da linguagem ou de uma teoria da escritura corre o risco de ser mais um exemplo disponível de uma violência *epistêmica*<sup>5</sup>.

Essas observações são extremamente necessárias para que possamos compreender a postura de Derrida a respeito do grande salto e conforto das ciências humanas na contemporaneidade.

Lévi-Strauss não escreveu uma teoria da linguagem, muito menos uma teoria da escritura. Suas digressões sobre a escritura podem ser encontradas nas belíssimas páginas de os *Tristes Trópicos* ou em sua entrevista à George Charbonnier, publicada no livro *Arte, Linguagem, Etnologia* (1989). Além de belíssimos, Derrida reconhece também que os textos de Lévi-Strauss são riquíssimos e que muito contribuíram para a formação e o desenvolvimento do pensamento ocidental contemporâneo.

Porém, repetindo um gesto clássico, apesar de todos os avanços, transformações e atravessamentos, Lévi-Strauss não deixou de reproduzir a seguinte axiomática antiga ao discurso filosófico ocidental: os povos indígenas, os povos bárbaros ou primitivos – seja qual for a forma como o *outro* é classificado, diferente da forma homem branco europeu portador da escrita fonética alfabética-, são *povos sem história* e *povos sem escritura*, formam, portanto, sociedades sem escritura. Tal como os pensadores clássicos ocidentais que seguem a tradição logocêntrica e que só consideram como escritura a

---

<sup>4</sup> SPIVAK, 2010. p. 47

<sup>5</sup> DERRIDA, 2006. p. 99

escritura fonética, para Lévi-Strauss esses povos não têm escritura alguma. Primeira violência, lembra Derrida:

À expressão de “sociedades sem escritura” não corresponderia, pois, nenhuma realidade nem nenhum conceito. Esta expressão provém do onirismo etnocêntrico, abusando do conceito vulgar, isto é, etnocêntrico, da escritura. O desprezo pela escritura, notemos de passagem, acomoda-se muito bem com esse etnocentrismo. (...) Num único e mesmo gesto, despreza-se a escritura (alfabética), instrumento servil de uma fala plena que sonha com sua plenitude e com sua presença a si, e recusa-se a dignidade de escritura aos signos não-alfabéticos. (DERRIDA, 2008. p. 136)

Há uma pretensão, um sonho, uma nostalgia de uma fala que se pretende plena e que tem na escritura seu instrumento servil. A escritura, instrumento técnico e prático, continua sendo tratada como um instrumento auxiliar que, de dentro da estrutura do pensamento logocêntrico, que tem o *logos* como seu maior e melhor representante, ocupa um papel secundário e maléfico.

A parte dedicada à Lévi-Strauss por Derrida na *Gramatologia* teve o intuito de mostrar o quanto o antropólogo considera a escritura uma violência e produz uma violência as culturas indígenas, negando-lhes a escritura.

Um dos belíssimos trabalhos produzidos por Claude Lévi-Strauss diz respeito a tribo Nhambiquara, presente no livro os *Tristes Trópicos*. É nesse encontro com os Nhambiquaras que encontramos uma determinada cena que mostra o extrato logocêntrico de um dos discursos produzidos por Lévi-Strauss, seguido de um etnocentrismo associado ao rebaixamento da escritura.

Derrida procurou mostrar na *Gramatologia* o quanto Lévi-Strauss, por algumas vezes, no seu combate ao etnocentrismo, reproduziu e repetiu o gesto de Platão e de Rousseau entre outros, como também acabou talvez, sem perceber, mantendo a imposição de sua cultura contra as culturas não-europeias. Movimento, portanto, inverso do que ele pretendia.

É impossível negar a contribuição de C. Lévi-Strauss para o pensamento ocidental e para as questões que dizem respeito ao conhecimento das culturas não-europeias ou não-ocidentais. É possível mesmo crer que Lévi-Strauss elaborou um dos mais belos relatos e trabalhos de antropologia produzidos por um homem branco

ocidental acerca do *outro*.

Apesar de muitas críticas de Lévi-Strauss à filosofia, ao filósofo e também ao antropólogo de gabinete, cuja tarefa é apenas pensar, muitas vezes ele recorreu à filosofia e aos conceitos e as ideias clássicas da metafísica articulando-os, portanto, diretamente com o real, o prático e a experiência. Lévi-Strauss correu, dessa forma, um sério risco de cair naquilo que ele estava combatendo e defendendo. E é exatamente nesse momento que o filósofo Jacques Derrida percebe o momento exato para colocar algumas questões ao etnólogo, formulando uma crítica muito severa a Lévi-Strauss.

*Tristes Trópicos* pode ser considerado um dos mais importantes trabalhos produzidos acerca das culturas indígenas. Claude Lévi-Strauss supera em muito os antropólogos sociais no que tange ao trabalho teórico e acadêmico (antropologia estrutural ou estruturalismo antropológico) por um lado e por outro, no que diz respeito ao trabalho prático de campo. A contribuição, portanto, foi tão grande que acabou por fazer uma revolução na etnologia e na antropologia.

No capítulo intitulado *Lição de Escrita* no livro *Tristes Trópicos*, C. Lévi-Strauss nos oferece uma verdadeira lição de escritura e também uma nítida imagem da história da filosofia e do pensamento ocidental, que se revela como uma forte ideologia.

É possível aprender com Lévi-Strauss, a partir do trabalho desenvolvido com os índios Nhambiquaras no Brasil, a seguinte lição: “*É de imaginar que os Nhambiquara não sabem escrever; mas tampouco desenham, com exceção de alguns pontilhados ou ziguezagues nas suas cuias*”. Essa suposição vem seguida de outra proposição: “*os índios por não saberem escrever, por não possuírem uma escritura, ainda permaneceriam mais puros e inocentes*” (DERRIDA, 2008. p. 280).

Derrida entende que Claude Lévi-Strauss anuncia seu desprezo pela escritura e a reconhece como objeto das culturas mais civilizadas ou mais corrompidas. A escritura seria um mal atuando com violência nas culturas em que chega. Sendo assim, a escritura seria aquilo quem vem de fora para acabar com a paz e a ordem.

Para Lévi-Strauss, os povos indígenas não possuem uma escrita, pois são oriundos de uma cultura da oralidade, não usufruindo, deste modo, da técnica gráfica. Eles são, segundo a tradição, povos ágrafos. Esse discurso é possível ser reconhecido

em Rousseau e em toda a história da filosofia, até Lévi-Strauss, a ideia de que só as sociedades mais evoluídas são possuidoras da escrita, lembremos, da escrita fonética alfabética, enquanto as outras sociedades, ditas primitivas, não possuiriam escrita.

Uma cena surge: a aparição da escritura como origem ou apenas imitação da escritura, segundo Lévi-Strauss. E que surpreende o antropólogo como um *extraordinário incidente*. Neste *extraordinário incidente* o chefe da tribo Nhambiquara encontra-se com a escritura. Esse encontro é percebido por Lévi-Strauss como uma cena de imitação. O antropólogo, percebendo que o chefe da tribo estava imitando os seus gestos com o lápis e a caderneta entende tal gesto, por parte do chefe, como um gesto de imitação, pois os gestos pareciam ser os mesmos que os dele, porém o que o chefe produzia eram apenas rabiscos ou traços. Além do mais, ele não tinha, segundo o antropólogo, consciência do que estava realmente fazendo.

Porém, da mesma maneira como agi com os Cadiueu, distribuí folhas de papel e lápis com os quais, de início, nada fizeram; depois, certo dia vi-os muito atarefados em traçar no papel linhas horizontais onduladas. Que queriam fazer, afinal? Tive de me render à evidencia: escreviam, ou, mais exatamente, procuravam dar a seu lápis o mesmo uso do que eu, o único que então podiam conceber, pois eu ainda não tentara distraí-los com meus desenhos. Para a maioria, o esforço parava por aí; mas o chefe do bando enxergava mais longe. Era provável que só ele tivesse compreendido a função da escrita. Lição de escrita. (LÉVI-STRAUSS, 1979. p. 280)

Essa cena à luz dos olhos do etnólogo, portanto, é considerada como uma lição de escritura, é uma lição, porém de um modelo específico de escritura, ou seja, uma lição de como se desconsidera tudo aquilo que é grafo e não é da ordem fonética. *A escrita fizera, pois, sua aparição entre os Nhambiquara; mas não, como se poderia imaginar, ao termo de um trabalhoso aprendizado. Seu símbolo fora imitado, ao passo que sua realidade continuava a ser desconhecida* (LÉVI-STRAUSS, 1979. p. 281).

De acordo com Christopher Johnson, a teoria da escritura de Lévi-Staruss comete, portanto, o que se poderia chamar de erro de pontuação, isto é, seu enquadramento do contexto da escritura é excessivamente restritivo, resultando de uma conceituação do que a escritura em geral poderia ser. (JOHNSON, 2001. p.27).

A lição de Derrida a respeito da lição de Lévi-Strauss é mostrar o quanto o pensamento desse autor pode ser levado aos limites e aos transbordamentos. Derrida

não deixa nada escapar e, quando o antropólogo afirma que os povos indígenas, não-europeus, não possuem uma escrita, se apoiando na argumentação de que esse *outro* não pode traduzir para a sua língua os equivalentes da sua língua, Derrida vê nessa atitude com uma cena doméstica, onde Lévi-Strauss não abandonaria seu olhar etnocêntrico.

Ao trazer esse incidente ao debate, Derrida mostra que Lévi-strauss, ao traduzir a expressão *iekariukedjutu* por “*fazer riscos*”, estaria mais uma vez se deixando tomar pelo etnocentrismo linguístico, abandonando deste modo toda a possibilidade de significação da expressão indígena e desconsiderando o próprio ato de *escrever*.

Essa postura é uma postura clássica para a manutenção do distanciamento e da hierarquização entre uma cultura e outra. Como lembra Derrida: *o etnocentrismo não é sempre traído pela precipitação com que se satisfaz com certas traduções ou certos equivalentes domésticos?*(DERRIDA, 2008. p.152).

A escritura, elemento que vem de fora, chegaria, portanto, para acabar com a inocência de um povo, de uma comunidade, de uma sociedade que carregaria em si, a qualidade da pureza e da inocência. Deste modo, a escritura corromperia aquele que Rousseau chamou de *bom selvagem*. Segundo Christopher Johnson, a redução seletiva de Lévi-Strauss da escritura à sua variante ocidental, alfabética é uma função de seu desejo de que exista, por um lado, uma comunidade inocente e ideal intocada pela escritura e, por outro, uma civilização dominante e corrosiva cujo poder – cuja ciência – é dependente dela. (JOHNSON, 2001, p. 27)

Há dois gestos a princípio nesta cena que nos interessam. Um primeiro seria a negação de que haveria uma escritura nos povos indígenas, enquanto o outro seria considerar a escritura como um mal. Esses dois gestos marcariam, deste modo, o etnocentrismo e também o logocentrismo do antropólogo moderno.

Quando se nega a escritura aos povos indígenas, se reproduzem dois gestos de violência, um à escritura e outro a esses povos denominando-os ágrafos. Nega-se os signos não-alfabéticos da escritura e, aos povos indígenas, a própria escritura, possibilitando dessa forma o seguinte raciocínio: os povos indígenas por não possuírem uma escritura fonética, alfabética, não possuem, portanto, uma escritura desconsidera-se aqui, qualquer tipo de inscrição, sentido, expressão etc., enquanto escritura.

Assim, toda a produção grafo que podemos ver por parte das comunidades indígenas marcadas ou grafadas em seus corpos, em cabaças, não passariam apenas de rabiscos, na perspectiva de Lévi-Strauss.

Essa perspectiva por parte do etnólogo é o mais alto nível de um logocentrismo declarado, pois negar aos povos que não possuem uma escritura fonética a capacidade de produção de uma escrita não é somente uma violência, mas é desconsiderar também, milênios de produção cultural por partes desses povos, forçando, portanto, a plenitude do modelo de escrita fonética.

Esse etnocentrismo é levado a um ponto mais geral, visto que o etnocentrismo da escritura só se considera válido *o modelo da escrita fonética, modelo que torna mais fácil e mais legítima a exclusão da grafia*. (DERRIDA, 2008. p.136)

O *voyeur*, aquele que observa, em nosso caso, o próprio Lévi-Strauss, será também aquele que escreve, aquele que traz consigo a discórdia, ou seja, a escritura. Com isso, promove a confusão a partir de um olhar e de uma presença estranha que promoverá a violação e abalará a paz do grupo indígena. Porém, como adverte Derrida, *a simples presença do vedor (voyeur) é uma violação. Violação pura, de início: um estranho silencioso* (DERRIDA, 2008. p. 140).

Promovendo, nesse sentido, a manutenção de uma lógica dicotômica, pensando a partir de uma ética pautada nos valores de bem e mal, Claude Lévi-Strauss não tem dúvida de ter encontrado na terra o exemplo do *bom selvagem*, do homem puro e bondoso, idealizado por seu antigo mestre, Jean Jacques Rousseau. Sendo assim, a crítica do etnocentrismo, na maior parte dos casos tem por única função constituir o outro como modelo de bondade original e natural. (DERRIDA, 2008. p. 141)

Os Nhambiquaras, portanto, seriam o exemplo desse bom selvagem, exatamente por estarem mais distantes das sociedades ditas civilizadas e por estarem mais próximos da natureza e da natureza humana, assim a *gentileza, a ingenuidade, a verídica expressão da ternura humana* (DERRIDA, 2008. p. 151) representariam a inocência originária agora ameaçada com o mal do homem civilizado, que chega de fora e ronda o clima puro da comunidade indígena. É por este motivo que Derrida segue atentamente a descrição de Lévi-Strauss sobre a inocência da tribo Nhambiquara pois,

Apenas uma comunidade inocente, apenas uma comunidade de dimensões reduzidas (tema rousseauista que logo se precisará), apenas uma micro-sociedade de não-violência e de franqueza cujos membros podem manter-se todos realmente ao alcance da alocação imediata e transparente, “cristalina”, plenamente presente a si na sua fala viva, uma agressão vindo do fora, a insinuação da escritura, a infiltração de sua “astúcia” e de sua “perfidia”. (DERRIDA, 2008. p. 147)

Atribuir esses aspectos às comunidades indígenas corresponde à manutenção do logocentrismo e da metafísica da presença. Acredita-se que haveria uma natureza humana, uma origem, um centro e uma presença plena que seria o ponto de partida para toda a formação do homem e da sociedade. Neste sentido, a nostalgia pela origem, uma escatologia, uma teologia por detrás da produção arqueológica promovida pelo etnólogo, o comprometeria com o pensamento que ele estava combatendo.

Os povos não-europeus não são apenas estudados como índice de uma boa natureza refugiada, de um solo nativo recoberto, de um “grau zero” com relação ao qual se poderiam desenhar a estrutura, o devir e principalmente a degradação de nossa sociedade e de nossa cultura. Como sempre, essa arqueologia é também uma teologia e uma escatologia; sonho de uma presença plena e imediata fechando a história, transparência e indivisão de uma parusia, supressão da contradição e da diferença. (DERRIDA, 2008. p.142)

A escritura, segundo Lévi-Strauss, ameaça a fala viva, plena e presente, o *logos* das comunidades indígenas que além de serem puros e inocentes, não são violentos. Nesse sentido, a escritura enquanto um mal, uma violência que viria de fora para ameaçar o império do *logos* vem ameaçar, portanto, a ordem, a paz e a bondade do povo Nhambiquara. A escritura: aquela que traz a discórdia.

Elisabeth Roudinesco entende a crítica de Lévi-Strauss à escritura como um protesto a aquele elemento que traz consigo o mal e que, portanto, *corromperia as sociedades atuais, apagando, levando ao esquecimento as sociedades chamadas sem escrita*. (ROUDINESCO. 2004. p. 20).

Segundo Derrida, Lévi-Strauss, levado muitas vezes pela aparência, se engana ao creditar ou acreditar que ali naquela comunidade indígena haveria traços da infância da humanidade ou da estrutura originária da língua. Lévi-Strauss, observa Derrida, descreve o tipo biológico e cultural desta população cujas técnicas, economia, instituições e estruturas de parentesco, por mais primárias que sejam, lhes garantem,

bem entendido, um lugar de crédito no gênero humano, na sociedade dita humana e no “estado de cultura”. (DERRIDA, 2008. p. 133)

Deste modo, associar a escritura à violência é uma estratégia clássica, podendo ser constatada, no *Fedro* de Platão e nos *Ensaio sobre a origem das línguas* de Jean-Jacques Rousseau. Em Claude Lévi-Strauss, essa ação violenta se dá novamente em *Tristes Trópicos*, repetindo e promovendo assim, a manutenção da estrutura metafísica, pois os elementos clássicos, as formas tradicionais de manuseio e de manutenção da hierarquia binária seguem funcionando, mantendo a escritura rebaixada e excluída.

A questão toda neste enredo está, segundo Derrida, em se adotar um único modelo de escritura. No caso do pensamento europeu logocêntrico, a escritura de modelo fonético. Um modelo que, de acordo com Derrida, se reproduz em forma de ideologia ao longo da história e que acaba por excluir a grafia de um modo geral.

A produção de hierarquização, de exclusão, de submissão, de rebaixamento e de afastamento se dá, entretanto, o tempo todo no trabalho de Claude Lévi-Strauss. O antropólogo ao negar a escritura dos povos indígenas, ao considerá-los um povo ou uma sociedade sem escrita, deixando a eles somente o exercício da fala, promove por consequência o trabalho feito anteriormente por Saussure de separar a língua da escritura. Acreditando, portanto, que esses povos originários, possibilitam o entendimento e o reconhecimento de uma fala do tipo plena e originária, e que, devido a sua pureza, não necessitaria do instrumento da escritura. O *logos* basta. A língua humana, portanto, se bastaria por si só, não estando, por fim, dependente de um instrumento como observa Roudinesco que, *para Lévi-Strauss, a escrita seria um instrumento de uma colonização, de uma exploração que põe fim a um estado de natureza fundado na primazia da fala plena* (ROUDINESCO, 2004. p. 19). Assim, conforme mostra Derrida, Lévi-Strauss separa a golpe de machado a língua plenamente oral da escritura.

Separando radicalmente a língua da escritura, ponto esta em baixo e de fora, pelo menos acreditando poder fazê-lo, dando-se a ilusão de libertar a lingüística de toda passagem pelo testemunho escrito, pensa-se conceder com efeito o seu estatuto de língua autêntica, de linguagem humana e plenamente significante, a todas as línguas praticadas *pelos povos que, contudo, continuam a ser denominados “povos sem escritura”*. (DERRIDA, 2008. p.148)

A crença num combate violento ao etnocentrismo tradicional por parte de Lévi-Strauss não o deixa perceber que seu anti-etnocentrismo é carregado com a ideologia fonocêntrica da cultura ocidental. Dessa forma, opera-se, segundo Derrida, ao mesmo tempo um combate ao etnocentrismo e a sua manutenção. Pois, segundo Derrida, o anti-etnocentrismo de Lévi-Strauss é um etnocentrismo. É um combate que se dá entre um jogo de espelhos, ou seja, é uma reprodução do mesmo, *etnocentrismo pensando-se ao contrário como anti-etnocentrismo, etnocentrismo na consciência do progressismo libertador* (DERRIDA, 2008. p. 148).

Ao prestigiar o modelo de linguística europeu e invocar os conceitos clássicos da metafísica, Lévi-Strauss assume sua postura de um pensador da metafísica da presença.

O etnocentrismo tradicional e fundamental que, inspirando-se no modelo da escritura fonética, separa a machado a escritura da fala, é pois manipulado e pensado como anti-etnocentrismo. Ele sustenta uma acusação ético-política: a exploração do homem pelo homem é o feito das culturas escreventes de tipo ocidental. Desta acusação são salvas as comunidades da fala inocente e não-opressora. (DERRIDA, 2008. p. 150)

Em outro momento Lévi-Strauss parece associar seu pensamento em direção a uma teoria marxista da escritura cuja estrutura argumentativa se baseia numa perspectiva histórica e dialética de luta de classes acusando, portanto, a escritura de instigar a exploração dos homens pelos homens (DERRIDA, 2008. p. 146).

Segundo Lévi-Strauss, a escritura parece estar relacionada às sociedades que seriam fundadas pela exploração do homem pelo homem. Essa postura, portanto, é compreendida por Lévi-Strauss, segundo Derrida, como uma tentativa do antropólogo produzir uma teoria marxista da escritura.

Lévi-Strauss em sua suposta teoria da escritura promove também uma longa história da escritura dentro das sociedades humanas articulando, deste modo, um pensamento em vistas da sua construção e do seu papel da na mudança social e cultural.

A escritura enquanto acessório e objeto de escravização tem nas culturas não-indígenas, ou seja, nas culturas ocidentais, um papel de perversidade. Lévi-Strauss,

porém, não nega, por outro lado, os avanços do ocidente devido à escritura. No entanto,, ressalta toda a exploração, a escravização por parte do poder promovido pelo império da escritura (escritura fonética).

De acordo com Christopher Johnson, Claude Lévi-Strauss *considera os efeitos da globalização da cultura letrada ocidental essencialmente irreversíveis. Contudo, no caso de seus objetos Nhambiquaras, há um alívio provisório da alienação da palavra escrita. (JOHNSON, 2001. p.13).*

Derrida parecer ser muito severo e por vezes muito cruel com Lévi-Strauss, apesar de reconhecer todos os aspectos positivos e transformadores promovidos pelo antropólogo. No entanto, ele procura explorar o texto de Lévi-Strauss ao máximo, levando a escritura do antropólogo ao extremo, a sua quase implosão, fazendo os conceitos e as estruturas produzidas por ele estremecerem. Cristopher Johnson, por exemplo, considera a atitude de Derrida como uma tentativa de mostrar *como a própria teoria de Lévi-Strauss levanta mais perguntas do que responde. (JOHNSON, 2001. p.24).* Assim, Derrida desestabiliza e neutralizar qualquer possibilidade de fechamento

### **Bibliografia:**

CEPPAS, Filipe. *Natureza, animalidade e aprendizagem filosófica: Rousseau entre Derrida e Lévi-Strauss*. Revista Filosofia Ciência e Vida. Especial Filosofia e Educação. São Paulo: Editora Escala, 2011.

DERRIDA, Jacques. *Margens da Filosofia*. Trad.: Joaquim Torres Costa. São Paulo: Editora Papirus, 1991.

\_\_\_\_\_. *Gramatologia*. Trad.: Miriam Shneiderman e Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Editora Perspectiva, 2008.

\_\_\_\_\_. *A escritura e a diferença*. Trad.: Maria Beatriz. São Paulo: Editora Perspectiva, 2009.

DERRIDA, Jacques & ROUDINESCO, Elisabeth. *De que Amanhã*. Trad: André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2001.

DUQUE-ESTRADA, Paulo César (Organizador). *As Margens: A Propósito de Derrida*. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, São Paulo: Editora Loyola, 2004.

HADDOCK-LOBO, Rafael. *Derrida e o Labirinto de Inscrições*. Porto Alegre: Editora

Zouk 2008.

JARDIM, Ricardo. *Le structuralisme et la question du sujet: la formation du champ sémiologique*. Lille: ANRT (Atelier national de reproduction de theses), 2000.

JOHNSON, Christopher. *Derrida: A cena da escritura*. Trad.: Raul Fiker. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *O pensamento selvagem* Trad.: Tânia Pellegrini. Campinas: Papyrus, 2004.

\_\_\_\_\_. *Antropologia estrutural I*. Trad.: Chaim Manuel Katz e Eginardo Pires. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975.

\_\_\_\_\_. *Antropologia estrutural II*. Trad.: Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975.

\_\_\_\_\_. *Tristes Trópicos*. Trad.: Lisboa: Edições 70, 1979.

\_\_\_\_\_. *As Estruturas elementares do parentesco*. Trad.: Mariano Ferreira. Petrópolis: Editora Vozes, 2003.

SOLIS, Dirce Eleonora Nigro. *Arquitetura da desconstrução e desconstrução em arquitetura*. Rio de Janeiro: Editora UAPÊ, 2009.

\_\_\_\_\_. Entrevista a revista Ensaio Filosóficos. Nº: 1. 2010.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Trad.: Sandra Regina G. Almeida, Marcos P. Feitosa e André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.